

PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS VISITANTES DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE GOVERNADOR VALADARES – MG

Edilene Martins da Fonseca¹, Luiz Fernando Rocha Penna², Daniela Martins Cunha², Evandro Klen Panquestor².

1- Graduação no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental. Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), campus Governador Valadares, Minas Gerais, Brasil.

2- Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), campus Governador Valadares, Minas Gerais, Brasil.

Autor correspondente:

Daniela Martins Cunha

E-mail: daniela.cunha@ifmg.edu.br

RESUMO

O presente trabalho visa descrever a percepção ambiental dos visitantes do Parque Natural Municipal de Governador Valadares – Minas Gerais, com o propósito de buscar informações que contribuam com o planejamento turístico do local. Trata-se de um estudo exploratório no qual foram analisados 50 questionários com 21 perguntas aplicadas aos visitantes do parque em dias aleatórios. Os dados obtidos geraram informações capazes de orientar a gestão administrativa do parque para um correto manejo da unidade. As considerações finais sugerem algumas direções para a efetivação de um programa de educação ambiental para o Parque Municipal Natural do Rio Doce.

Palavras-chave: Parque Natural; Percepção; Gestão ambiental; Turismo.

ABSTRACT

The present work aims to describe the environmental perception of the visitors of the Municipal Natural Park of Governador Valadares - Minas Gerais, with the purpose of seeking information that contributes to the tourist planning of the place. This is an exploratory study in which 50 questionnaires were analyzed with 21 questions applied to park visitors on random days. The obtained data generated information capable of guiding the administrative management of the

park for a correct handling of the unit. The final considerations suggest some directions for the implementation of an environmental education program for the Rio Doce Natural Municipal Park.

Keywords: Natural Park; Perception; Environmental management; Tourism.

1- INTRODUÇÃO

O Brasil possui os mais variados ecossistemas, estando entre os países com maior diversidade de vida no planeta. Uma das principais estratégias para a proteção desta biodiversidade é a criação de áreas naturais protegidas, as unidades de conservação.

A União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais – UICN, define a unidade de conservação ou área natural protegida como uma superfície de terra ou mar consagrada à proteção e manutenção da diversidade biológica, assim como dos recursos naturais e culturais associados, e manejada através de meios jurídicos e outros eficazes (UICN, 1994).

O inc. I art. 2º, Capítulo I da Lei Federal Brasileira n. 9.985, de 18 de julho de 2000, define unidade de conservação como:

O espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias de proteção (BRASIL, 2000).

No Brasil, as unidades de conservação começaram a ser estabelecidas, por iniciativa do governo federal, a partir de 1937 (BRITO 2003). Aos poucos foram estabelecidas inúmeras leis para regulamentar a criação das diferentes categorias de manejo. No presente, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) Lei n. 9.985/00 e com alterações introduzidas pela Lei n. 11.132/06, fixa os critérios e as normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Entre os critérios, o SNUC determina que as unidades de conservação sejam divididas em dois grupos, de acordo com a categoria de manejo e segundo a sua utilização: Proteção Integral e Uso Sustentável.

As unidades de conservação de Proteção Integral são: estação ecológica; reserva biológica; parques nacionais, estaduais e municipais; monumento natural e refúgio da vida silvestre. Esta categoria tem como objetivo preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais (BRASIL, 2000).

As unidades de conservação de Uso Sustentável são: área de proteção ambiental; área de relevante interesse ecológico; floresta nacional; reserva extrativista; reserva e fauna; reserva de desenvolvimento sustentável e reserva particular do patrimônio natural. Esta categoria, por sua vez, tem como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais (BRASIL, 2000).

As unidades de conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável federal são administradas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, este por sua vez, é o mais novo órgão ambiental do governo brasileiro. Foi criado pela Lei 11.516, de 28 de agosto de 2007, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) (BRASIL, 2007). Tendo como objetivo principal administrar as unidades de conservação (UCs) federais, que são áreas de importantes valores ecológicos e turísticos.

Nestas áreas busca-se a conservação da flora e da fauna, bem como dos processos ecológicos que regem os ecossistemas, garantindo a manutenção do estoque da biodiversidade. Porém, nos últimos anos, houve um alto crescimento do uso público nas áreas naturais protegidas, principalmente por parte das populações urbanas, que vêm buscando mais contato com a natureza (TAKAHASHI, 1998; BARROS, 2003).

Embora alguns países como a Austrália e Estados Unidos tenham desenvolvido um amplo campo de conhecimento com base em pesquisa sobre o manejo do uso público de áreas naturais protegidas, no Brasil a escassez de informações, de recursos humanos e financeiros tem dificultado a gestão para o planejamento e manejo dessas unidades (TAKAHASHI, 2009).

Nos dias de hoje o turismo tem buscado um maior contato com a natureza. Para Ruschmann (1997) sua evolução, nas últimas décadas, ocorreu como consequência da “busca do verde” e da “fuga” dos tumultos dos grandes centros urbanos pelas pessoas que tentam recuperar seu equilíbrio físico, e também psicológico, estabelecendo um maior contato com os ambientes naturais durante seu tempo de lazer.

A necessidade de conhecimentos sobre turismo e conservação que apoiem decisões, em gestão e manejo de parques, é de fundamental importância para profissionais e pesquisadores da área, de modo a estabelecer estratégias de avaliação, conservação e manejo de espécies, monitoramento de atividades turísticas e equilíbrio entre conservação e uso público.

De acordo com Miller (1997), para que as áreas naturais protegidas tenham sua sobrevivência assegurada, precisam estar integradas à economia e à cultura das sociedades locais, tornando-se centros sociais tão valiosos como escolas e bibliotecas. Esses objetivos

podem ser alcançados, em grande parte, através de programas de educação ambiental, os quais funcionam como elos entre as áreas protegidas e as pessoas (MILLER, 1997)

Teixeira (2007) define educação ambiental como um conjunto de ensinamentos teóricos e práticos com o objetivo de levar a compreensão e de despertar a percepção do indivíduo sobre a importância de ações e atitudes para a conservação e a preservação do meio ambiente em benefício à saúde e do bem-estar de todos. Os programas de educação ambiental nas unidades de conservação envolvem a recreação, educação e interpretação da natureza, além disso, as atividades devem satisfazer as necessidades dos usuários, sem comprometer a conservação da área protegida (PIRES, 1993). Porém, conciliar estes interesses, tem sido um desafio para o planejamento e manejo das unidades de conservação.

Tuan (1980) utiliza o neologismo topofilia como um elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico, influenciando na experiência concreta de vida das pessoas. Entendido como um conjunto de conceitos que inclui a percepção, as atitudes e a visão de mundo na busca dos ideais ambientais. A abordagem do espaço vivido, onde o turismo está presente, deve adotar este ‘sentido de lugar’, procurando investigar qual o seu significado para as pessoas locais.

Esta busca pela natureza tem levado um grande número de pessoas a parques e locais que possam oferecer este contato homem-natureza. Assim as Unidades de Conservação (UCs) se enquadram neste contexto, capazes de proporcionar aos seus visitantes a satisfação de uma relação harmoniosa, sendo assim, atuam na preservação dos recursos naturais e também como local de aprendizagem e sensibilização da comunidade acerca da problemática ambiental (SILVA; COSTA NETO, 2007).

As relações sociedade e natureza encontram-se, em alguns momentos, em uma encruzilhada. Em uma via está a busca social pelo contato com a natureza e, em outra, a necessidade de preservação da mesma. Segundo Zborowski e Loureiro (2006) a conservação ambiental não pode ser efetivada em longo prazo sem que se considerem igualmente os fatores sociais como determinantes nos processos ditos "ambientais". Isso se aplica também no caso da gestão de unidades de conservação, que muitas vezes não conseguem promover adequadamente sua finalidade básica de conservação da natureza devido à pressão antrópica em seu entorno ou mesmo em seu interior (ZBOROWSKI; LOUREIRO, 2006). Diante deste cenário, os mesmos autores destacam a gestão participativa, na qual se insere a mediação de conflitos entre agentes sociais, pode se constituir em uma das ferramentas mais adequadas, no sentido de superar os problemas identificados e os conflitos de uso que comprometem a conservação *in situ*.

Nieffer (2002) acredita que a visita a áreas naturais protegidas pode ser a grande chance de influenciar no processo de aprendizado dos turistas que procuram as Unidades de

Conservação. Porém, a autora diz que, infelizmente, a sociedade em geral não conhece e não compreende a importância das Unidades de Conservação. Realmente parece difícil valorizar o que não se conhece. No entanto, atividades simples de Educação Ambiental, com informações e esclarecimentos sobre as UC's, podem reverter essa situação e ainda evitar os impactos ambientais sobre tais áreas. Alguns estudos permitem elucidar esta questão, tais como estudar o perfil do visitante e compreender suas percepções sobre a área natural.

Os visitantes de UC's podem ser ainda, valiosos aliados para a administração destas áreas, tanto no apoio dos seus esforços para a conservação como, indiretamente, pelo aumento da renda das populações locais. Neste sentido, Niefer (2002) lembra que é indispensável que os administradores de UC's tenham conhecimento das características dos seus visitantes, tanto para elaborar estratégias de manejo dos visitantes como para tornar satisfatória a experiência turística.

Dessa forma, conhecer o perfil dos visitantes, como: idade, sexo, escolaridade, percepção ambiental, permitem compreender melhor quem, quantos, quando, onde e de que modo as pessoas recebem os benefícios das áreas protegidas, sejam eles psicológicos, comportamentais ou sociais. Tais informações podem ajudar os gestores públicos e também os pesquisadores, a compreender o comportamento dos usuários, bem como as causas e possíveis soluções dos impactos ambientais causados pelos visitantes. Cada indivíduo percebe, reage e responde diferentemente frente às ações sobre o meio. As respostas ou manifestações são, portanto, resultado das percepções, dos processos cognitivos, julgamentos e expectativas de cada indivíduo. A percepção ambiental é "uma tomada de consciência do ambiente pelo homem", ou seja, como se auto define, perceber o ambiente que se está localizado, aprendendo a protegê-lo e cuidá-lo da melhor forma.

A caracterização dos turistas que visitam o Parque Natural Municipal, assim como a relação que estabelecem com o local, é uma forma importante de orientação para as ações de planejamento e manejo do turismo no parque, uma vez que as atividades turísticas em Unidades de Conservação são consideradas, por muitos, uma ameaça para a preservação do meio ambiente. No entanto, se forem bem planejadas e conduzidas, tais atividades podem ser sinônimas de preservação, conservação e revitalização de ambientes naturais e culturais.

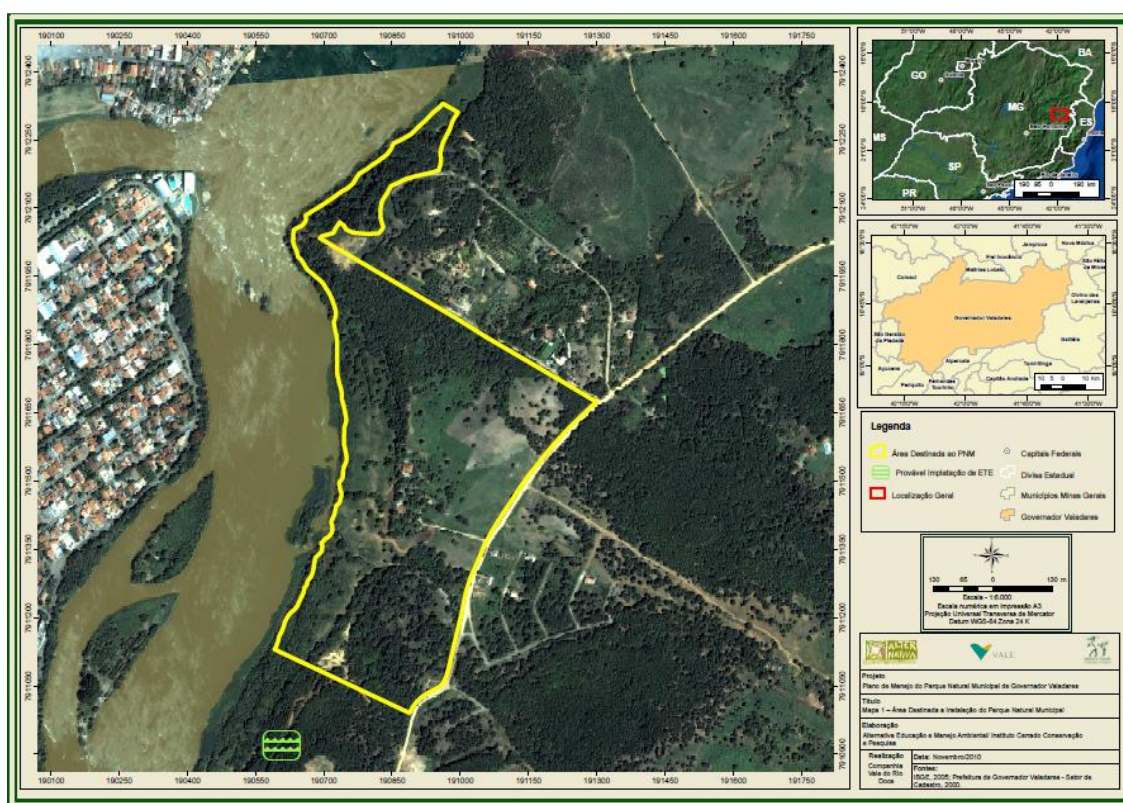
Assim, o objetivo geral é descrever a percepção ambiental dos visitantes do Parque Natural Municipal, de forma a propiciar um melhor planejamento do uso público do mesmo e, conseqüentemente, garantir uma experiência rica e agradável aos visitantes sem causar impactos significativos aos recursos culturais e naturais da área pela conscientização ambiental através da educação ambiental. Já os objetivos específicos são conhecer o perfil dos visitantes

do Parque Natural Municipal de Governador Valadares e identificar os pontos positivos e negativos do parque na percepção dos visitantes.

2- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A área de estudo é o Parque Natural Municipal de Governador Valadares, uma Unidade de Conservação do Grupo de Proteção Integral e foi criado através do Decreto Municipal nº: 9.532 de 06 de junho de 2011. O local, que é o primeiro parque público de Governador Valadares, já nasceu com o legado de ser uma das maiores áreas ambientais de toda a região Leste, instalado em uma extensa área verde, entre o pico da Ibituruna e o rio Doce, no bairro Elvamar, em uma área de 400 mil m². A obra de infraestrutura é da empresa Vale em parceria com a prefeitura, a qual é a responsável pela gestão do parque. (Figura 1).

Figura 1- Localização do Parque Natural Municipal de Governador Valadares.



Fonte: Plano de Manejo do Parque Natural Municipal de Governador Valadares, MG, 2011.

A estrutura conta também com um playground, trilhas ecológicas, equipamentos para prática de ecoturismo e esportes de aventura, áreas cobertas voltadas para exposições artísticas e educativas, pista gramada para pouso de praticantes de vôo livre e espaços destinados a viveiros, estufa e horta medicinal. O parque é um novo ponto turístico e ecológico para o

município, que já possui a Ibituruna, oficialmente reconhecida como Monumento Natural e Área de Proteção Ambiental (APA).

O estudo aplicado foi a pesquisa exploratória descritiva. Como o nome sugere a pesquisa exploratória procura explorar um problema ou uma situação para prover critérios e compreensão. Segundo BOONE e KURTZ (1998), é simplesmente utilizada para descobrir a causa de um problema. E a descritiva que segundo Churchill (1987) objetiva conhecer e interpretar a realidade sem nela interferir para modificá-la. A pesquisa descritiva expõe as características de determinada população, mas não tem o compromisso de explicar o que descreve, embora sirva de base para tal explicação.

Foi elaborado um questionário contendo 21 perguntas adaptadas dos estudos de Niefer (2002); Dutra et al. (2008); Ribeiro e Cronenberger (2007), Katoka (2004), e Alencar (2007), buscando informações sobre o perfil e a percepção ambiental dos visitantes do Parque Natural Municipal de Governador Valadares.

O tipo de amostra utilizada foi a “não probabilística por conveniência” (ou acidental), onde o elemento pesquisado é selecionado por estar disponível no local e no momento em que a pesquisa estava sendo realizada (MATTAR, 1997). Os dados foram coletados através de aplicação de questionários respondidos pelo próprio entrevistado, que na média levaram de 7 a 15 minutos, cada. Foram aplicados um total 50 questionários, no período de 30 de maio a 30 de junho de 2015.

3- RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1- Características do grupo pesquisado

A maioria dos visitantes pesquisados no período, 96%, é de Governador Valadares e região. Os outros 4% dos visitantes são de cidades vizinhas que estavam visitando parentes na cidade e foram conhecer o parque. O fácil acesso favorece a visita ao parque, principalmente aos finais de semana. Em relação ao gênero não houve diferença significativa, visto que foram entrevistadas 29 mulheres e 21 homens, ou seja, 58% de mulheres e 42% de homens.

Boa parte dos visitantes, 30%, tem entre 31 e 40 anos. Porém bastante significativa também, é a faixa etária até 20 anos, 20%, e de 21 a 30 anos, 18%, o que totaliza 68% e caracteriza um perfil de turistas jovens e adultos, que se enquadra no perfil de ecoturistas estudados por Ruschmann (2002). Os demais, 32%, dividem-se entre as faixas etárias de 41 a 60 anos, 28%, e acima de 60 anos, 4%.

O nível de escolaridade mais observado foi o ensino médio, uma vez que a maioria (33%) o tinha concluído, mas foi significativo o número de pesquisados com nível superior completo ou que está cursando-o (26%). De acordo com os estudos de Barros e Dines (2000), os ecoturistas apresentam um bom nível de escolaridade e são, normalmente, mais receptivos e conscientes das necessidades de conservação ambiental e das atratividades eco turísticas e, se orientados, podem apresentar alto grau de comprometimento para a conservação destes locais. Os demais pesquisados possuem ensino fundamental (27%), ensino fundamental incompleto (10%) e ensino médio incompleto (4%).

Os entrevistados visitaram o parque em grupo familiar formado por 3 a 5 pessoas por grupo e, com muitas crianças (64%). Outros estavam em grupo de igreja (12%), constituídos por 10 a 15 jovens e/ou adolescentes, 8% era constituído somente pelo casal, 6% estavam em grupo de amigos, 6% estava sozinho e 4% em grupo escolar. Dutra *et al.* (2008) obtiveram resultados no PE do Jalapão, onde 43% dos entrevistados estavam com amigos e 26% com a família. Já no PN de Superagui, Niefer (2002) observou que 37% dos visitantes com grupo de amigos e 35% com a família. Informações sobre o tamanho dos grupos de visitantes são importantes para avaliar o impacto recreativo em áreas naturais e também para auxiliar o planejamento, a implementação e a avaliação das estratégias de manejo voltadas para grupos (BARROS, 2003).

O meio de acesso ao parque utilizado pelos visitantes foi o carro ou moto, 78% e 12% respectivamente. Somente 6% utilizaram ônibus e 4% bicicleta. Em relação ao número de visitas que os entrevistados já fizeram ao parque, 44% o fizeram pela primeira vez e 44% já realizaram até três visitas. Somente 12% visitou o parque mais de três vezes. A pouca frequência de retorno ao parque pode ser explicado por sua recente abertura à visitação, tendo ocorrido cinco meses antes da realização desta pesquisa. Ladeira *et al.* (2007) acreditam ainda que essa assiduidade do visitante com o destino estabelece uma relação mais comprometida com os problemas socioambientais da região, e pode servir como instrumento de pressão junto ao poder público para solução de problemas identificados na localidade.

Também foi questionado aos visitantes, sobre o motivo de sua visita ao Parque e, a motivação mais citada foi: Lazer e descanso, 44 entrevistados ou 88%, os demais citaram educação ambiental, visita escolar e outros. Uma das principais atividades realizadas pelos visitantes no parque, trinta e sete deles, é a observação da fauna e flora, os demais informaram que visitam o mirante, caminham nas trilhas, ou fazem estas atividades em conjunto.

3.2- Percepção dos visitantes

Em relação ao sentido que mais utiliza, quando em contato com a natureza, 47 visitantes respondeu ser a visão, um respondeu que utiliza o olfato e dois disseram utilizar o sentido da audição, pois preferem observar os sons da natureza. Não ocorreram registros para a percepção através do tato. Utilizando-se das considerações de Tuan (1980), essa percepção auditiva pode ser explicada, possivelmente, pelo fato de nos sentirmos vulneráveis aos sons. Cumpre destacar que, nos dias de pesquisa, não foram encontrados turistas com limitações físicas.

Dentre uma variedade de características apresentadas ao entrevistado, perguntou-se em qual grupo se identificavam quando presentes em áreas naturais. Grupo A: retraído, pensativo, tímido, introspectivo, sério; grupo B: dominante, alegre, aventureiro, otimista, argumentador e grupo C: Tranquilo, cooperador, carinhoso, sociável. Esta questão teve como objetivo compreender o comportamento dos indivíduos na natureza. Destaque foi dado para o grupo C, com 62% e para o grupo B com 24%, os demais 14%, grupo A.

Um número considerável de visitantes desconhecia que os animais domésticos são nocivos e afugentam a fauna local (48%). Sobre a percepção com relação às condições de manejo e aos impactos observados, 36 entrevistados responderam que não observaram impactos no parque (72%). As respostas que indicaram degradação apontam para o vandalismo, as pichações, trilhas interditadas, ruído de pessoas e outros (28%).

Em relação à preocupação com o ambiente do parque, todos responderam “sim, me preocupo”. Sobre como colaborar para conservá-lo, os entrevistados enfatizaram a questão do cuidado com o lixo (56%), a não degradação (22%) e o respeito às regras (16%), como as principais atitudes a serem tomadas para a conservação do parque e os demais (6%) afirmaram colaborar na orientação de demais visitantes, principalmente as crianças quanto à conduta correta e de mínimo impacto em áreas naturais. Estas posturas revelam, todavia, apenas o cumprimento das regras estabelecidas pela administração do parque, o que restringe a preocupação ambiental em “cumprir regras”.

Todos foram unânimes em dizer que o parque é muito importante para a região, principalmente para a cidade que não tinha uma área assim. Este fato mostra que poucas pessoas reconhecem o objetivo principal do parque, a conservação. A importância maior do espaço do parque é dada para a interação familiar e social (36%) e o lazer e descanso (32%). Tendo sido citados também a preservação/conservação (14%), a educação ambiental (12%), o que pode apontar certa despreocupação com este quesito por parte dos visitantes, e a interação com a natureza (6%).

Foram citados pelos entrevistados, as quais foram cumulativas, as atividades mais importantes do parque, os quais inseriram a Educação ambiental como atividade prioritária,

52% das respostas. Contudo, nota-se que a proteção e manejo das espécies (18%) foram menos enfatizados que a visitação e a participação social, citados, respectivamente, em 32 e 30% das respostas.

As duas últimas perguntas apontaram universos diferentes de dados, porém se complementaram. O destaque dado à visitação em detrimento à educação, na primeira, revela o interesse dos entrevistados pelo uso público da área natural, todavia não deixam de considerar a educação ambiental como uma atividade prioritária, destacada na segunda. Tanto a importância para a região, quanto à participação social como prioridades apareceram com destaque. Neste caso constata-se que a comunidade é percebida como parte integrante da UC mesmo sem saber exatamente o que é e para que foi criada.

Baseando-se na percepção que o indivíduo tem da paisagem é que ele acaba atuando em relação a esta. Nesta perspectiva, objetivando constatar a percepção dos visitantes e, a partir delas, suas atitudes com respeito à proteção da biodiversidade do parque, foi perguntado sobre a responsabilidade de cuidar dessa UC. Para avaliar a quem os visitantes atribuem às responsabilidades de se conservar uma unidade de conservação e também para verificar suas preocupações ambientais com o local. Assim, os visitantes, que podiam dar mais de uma resposta, atribuíram a eles mesmos o maior percentual de responsabilidade de conservar o parque (84%) seguido, principalmente, da comunidade local (52%) e do Gestor do Parque (46%), tendo sido apontados também órgãos governamentais e ONGs. Este dado aponta a preocupação do visitante com relação à conservação e ao seu papel de ecoturista, enquanto inserido em uma área natural protegida.

Sobre a observação de comportamento inadequado do visitante, 8% responderam ter observado e 92% não. Dentre os que responderam ter observado, estes mencionaram jogar bola no meio das pessoas (4%), ruídos (2%) e pichações (2%). Em relação a biodiversidade do parque, foi questionado aos entrevistados se observaram algo da fauna e/ou flora em especial. Quatorze entrevistados citaram as árvores, como cipó cascudo e aroeiras, oito citaram os pássaros como o João de Barro, peixe frito e canário da terra, outros oito citaram animais como macacos, capivaras e maritacas e 20 entrevistados disseram que não observaram nada em especial. Este dado nos mostra que apesar de uma boa parte ter observado algo especial, existe ainda uma grande parte de visitantes que não observa a natureza nos seus ricos detalhes, e o parque por sua vez, não tem informações específicas sobre sua fauna e flora para atrair a sua atenção.

No que diz respeito a infraestrutura do parque, os entrevistados no geral avaliaram como boas e muito boas 82%, somente 18% avaliou como regular, sendo destacados: a sinalização

(4%), auditório (2%), o regulamento do parque (4%) e informações educativas (8%). Destas quatro, o que mais recebeu avaliação regular foi as informações educativas, o que nos chama, pois é parte fundamental na conservação do parque.

Foi solicitado ao entrevistado também que opinasse sobre o parque, o que gostou e o que não gostou. Sobre o que gostou, 27 pessoas responderam que gostou de tudo, 12 pessoas destacaram os mirantes 5 pessoas disseram que gostaram mais das trilhas ecológicas. Foram citados por 2 entrevistados o Playground e a academia, estacionamento por 1 entrevistado e 2 pessoas não opinaram. Sobre o que não gostou 43 pessoas não opinou, 03 entrevistados não gostaram do jogo de bola no meio das pessoas, da falta de mesas, da pouca variedade de atividades com o público, da falta de lanchonete e o fato de não ter lagoa na área do parque.

Do total de questionários aplicados, 100% apresentaram sugestões para o parque. Isso indica o interesse dos visitantes em sugerir melhorias de manejo da visitação e na conservação da área. Os entrevistados sugeriram uma ou mais opções. As sugestões obtidas estão dispostas no quadro 1.

Através destas sugestões evidenciam-se mais as preocupações do visitante com a infraestrutura para visitação, principalmente, em relação ao manejo da visitação e à necessidade de informações que os direcione dentro da unidade. Estes dados são capazes de indicar ao gestor os pontos que merecem maior atenção. No entanto, algumas destas informações destoam do principal objetivo da unidade, cabe aos responsáveis por decisões de manejo selecionarem, dentro de determinados parâmetros, diretrizes e reais necessidades de intervenção.

Quadro 1: Sugestões dos visitantes para melhorias no Parque Natural Municipal do Rio Doce.

Categorias	Sugestões obtidas
A - Conservação	- Cuidar da vegetação - Reconstituição das espécies de gramíneas - Arborização no estacionamento - Gramados - Plantar mais espécies
B - Visitação	Manejo - Fiscalização mais rigorosa, mais fiscalização nos atrativos - Trilha para ciclistas - Promover atividades ambientais - Maior divulgação do parque - Mais funcionários circulando - Policiamento constante no horário de visitação - Exposição de animais - Informações mais visíveis; guias mais qualificados - Placas de identificação das espécies da flora

	Informação Ao visitante	- Informações na portaria - Exposições mais explicativas - Educação ambiental para todos os visitantes
C – Infra-estrutura		- Lixeiras para coleta de lixo nos mirantes - Lixeiras para coleta de lixo ao longo da trilha de cimento - Bebedouros perto dos mirantes - Brinquedos para crianças acima de 8 anos - Mais brinquedos - Manutenção dos brinquedos - Quadra de esportes - Campo de futebol - Sinalização de luz acima do nível - Maior proteção para crianças nos mirantes
D - Gestão		- Mais planejamento

Fonte: própria. Setembro 2015.

Particularmente, as informações obtidas na pesquisa são capazes de colaborar na compreensão sobre o comportamento dos visitantes, bem como as causas e soluções dos potenciais impactos provenientes do uso público.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destacou-se neste estudo a importância de se conhecer o perfil e a percepção das pessoas que visitam Unidades de Conservação de forma a propiciar maior integração destes aspectos no planejamento do uso público e, conseqüentemente, garantirem uma experiência rica e agradável aos visitantes sem causar impactos significativos aos recursos naturais e culturais da área. É válido lembrar que o perfil dos visitantes pode mudar com o tempo. Daí a importância de desenvolver um programa de monitoramento constante do perfil e opinião do visitante.

Os atrativos naturais e culturais do local e onde está localizado, próximo ao centro e bairros da cidade, leva a crer que a cada dia aumentará o número de visitantes do parque, devido a carência da população valadareense de um espaço junto a natureza. Dessa forma, o parque precisa de mais estudos que auxiliem no planejamento e gerenciamento do espaço turístico, do uso público e das necessidades da comunidade local, evitando assim a deterioração do destino. É importante lembrar que as características próprias do local devem ser mantidas.

É recomendada a adoção de práticas de educação ambiental junto aos planos de desenvolvimento do turismo no parque, a fim de minimizar os impactos causados pela visitação. Dessa forma, talvez seja possível fazer com que a visitação venha a ser verdadeiramente social, cultural e ecologicamente sustentável, além de fonte de conservação ambiental.

A metodologia utilizada mostrou-se eficiente para a investigação de preferências, comportamento e atitudes dos visitantes. Pode-se concluir com os dados obtidos, que, além de subsidiar a elaboração do perfil do visitante do Parque Natural Municipal de Governador Valadares, reforçou-se a demanda em educação ambiental, orientação sobre o que é uma unidade de conservação, que proporcione a permanência ordenada e segura dos visitantes no parque.

A avaliação do perfil resultou em um diagnóstico geral e rápido com respostas agrupadas. Diante dos dados obtidos sobre o perfil e percepção do visitante do Parque Natural Municipal, demonstra-se a importância deste espaço como opção de lazer para os visitantes. Cumpre ressaltar que estes estudos devem ser incrementados com levantamentos periódicos, uma vez que o fluxo de visitantes se altera, dependendo da época do ano. Como a condução da pesquisa envolveu a utilização da metodologia qualitativa, observou-se maior obtenção de dados e riqueza de informações sobre valores, atitudes, julgamentos e conduta dos visitantes com relação à conservação e ao manejo da visitação.

Todas as informações obtidas podem e devem ser consideradas no manejo dos recursos naturais e da visitação. Elaborar investigação contínua e anual da percepção do visitante gera dados importantes para o planejamento do uso público em unidades de conservação, preocupadas em proteger a biodiversidade local e manter o turismo.

5- REFERÊNCIAS

ALENCAR, E. **Pesquisa em Turismo**. Lavras: UFLA, 2007. 166p.

BARROS, M.I.A. **Caracterização da visitação, dos visitantes e avaliação dos impactos ecológicos e recreativos do planalto do Parque Estadual do Itatiaia**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Recursos Florestais da USP/ESALQ, Piracicaba/SP, 2003.

BARROS, M. I. A. de; DINES, M. Mínimo impacto em áreas naturais: uma mudança de atitude. In: SERRANO, C. (Org.). **A educação pelas pedras: Ecoturismo e Educação Ambiental**. São Paulo: Chronos, 2000. p.47-84.

BOONE, C. E.; KURTZ, D. L. **Marketing contemporâneo**. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

BRASIL_DECRETO-LEI Nº 9.985, de julho de 2000. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Brasília (DF): Senado Federal; 2000.

BRASIL_LEI N º 11.132, de 4 de julho de 2006. **Sistema Nacional de unidades de Conservação**. Brasília (DF): Senado Federal; 2006.

BRASIL_LEI N º 11.516, de 28 de agosto de 2007. **Criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes**. Brasília (DF): Senado Federal; 2007.

BRITO, M.C.W. **Unidades de conservação**: intenções e resultados. 2ª ed. São Paulo: Ed. Annablume, 2003.

CHURCHILL JR., G.A. **Marketing research**: methodological foundations. Chicago: The Dryden Press, 1987.

DUTRA, V. C. ; SENNA, M. L. G. S. de; FERREIRA, M. N. e; ADORNO, L. F. M. Caracterização do perfil e da qualidade da experiência dos visitantes no Parque Estadual do Jalapão, Tocantins. **Caderno Virtual de Turismo**. v.8, n.1, 2008.

GOVERNADOR VALADARES. Plano de Manejo do Parque Natural Municipal de Governador Valadares. Governador Valadares: Alternativa Educação e Manejo Ambiental/Instituto Cerrado Conservação e Pesquisa, 2011.

LADEIRA, A. S.; RIBEIRO, G. A.; DIAS, H. C. T.; SCHAEFER, C. E. G. R. Schaefer; FERNANDES FILHO, E.; OLIVEIRA FILHO, A.T. O perfil dos visitantes do Parque Estadual do Ibitipoca (PEIb), Lima Duarte, MG. **Revista Árvore**, Viçosa-MG, v.31, n.6, p. 1091-1098, 2007.

KATAOKA, S. Y. Indicadores da qualidade da experiência do visitante no Parque Estadual da Ilha Anchieta. 2004. **Dissertação** (Mestrado em Recursos Florestais, com opção em Conservação de Ecossistemas Florestais). Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2004.

MATTAR, F.N. **Pesquisa de Marketing**: metodologia, planejamento, execução, análise. 4ed. São Paulo: Atlas, 1997. 336 p.

MILLER, K. La Planificacion com enfasis en la perspectiva bioregional. In: _____. **Primer Congreso Latino americano de Parques Nacionales y otras Areas Proegidas**. Anais... Santa Marta, v.1, 1997.

NIEFER, I.A. Análise do perfil dos visitantes das ilhas de Superagui e do Mel: marketing como instrumento para um turismo sustentável. 2002. **Tese** (Doutorado em Engenharia Florestal) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

PIRES, P.S. Turismo em áreas naturais protegidas. In: Manejo de áreas naturais protegidas. *Curso*. Curitiba: UNILIVRE, 1993. P.63-75.

RIBEIRO, T. G. & CRONENBERGER, C. Perfil do visitante do Parque Nacional da Serra dos Órgãos. IIº Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação, Itatiaia. 2007. **Anais...** Itatiaia, RJ, 2007.

RUSCHMANN, D. van de M. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas, SP: Papirus, 1997. 199 p.

RUSCHMANN, D. van de M. **Turismo no Brasil**: análise e tendências. Barueri, SP: Manole, 2002. 165 p.

SILVA, N. P. de S. da & COSTA NETO. A. R. da. A Educação Ambiental como instrumento de sensibilização turística em Unidades de Conservação. **Revista Eletrônica Aboré** - Publicação da Escola Superior de Artes e Turismo – n. 3, p. 1-8, 2007.

TAKAHASHI, L.Y. **Caracterização dos visitantes, suas preferências e percepções e avaliação dos impactos da visitação pública em duas unidades de conservação do Estado do Paraná**. Dissertação de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais da UFPR, Curitiba/PR, 1998.

TAKAHASHI, T.N. **Uma abordagem sobre análise ambiental na área do Parque Estadual de Amaporã, PR** – 2009.

TEXEIRA, A.C. Educação ambiental: caminho para a sustentabilidade. **Revista brasileira de educação ambiental**. Brasília, v.2, p. 21-30, fev. 2007.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

UICN, CPNAP, CMMC. **Directrices para las categorias de manejo de Áreas Protegidas**. Gland, 1994. 261p.

ZBOROWSKI, M. B. & LOUREIRO, C. F. B. **Analizando conflitos: percepção ambiental na Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Macacu**. In: Anais do II Seminário de Áreas Naturais Protegid.